

ATA Nº 027/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 08 dias de junho de 2016, às 13h30, na sede da Cohab Minas, no Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, realizou-se reunião com o objetivo de relatar e buscar alternativas para a solução pacífica do conflito socioambiental envolvendo as populações em torno do Parque Nacional das Sempre Vivas, em Diamantina-MG. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”, discutiu-se sobre este conflito por meio de Câmara Setorial da Mesa de Diálogo e Negociação.

A reunião foi coordenada pelo Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, Hércio Borges, que iniciou os trabalhos com uma rodada de apresentações dos presentes. Nesta reunião, além de integrantes da Mesa de Diálogo e Negociação, estavam presentes dois representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio: Márcio Lucca, chefe do Parque Nacional das Sempre Vivas, e Sérgio Fortes Machado, Coordenador Regional Substituto da Coordenação Regional 11 do ICMBio, em Lagoa Santa. Em seguida, Hércio explicou o funcionamento da Mesa de Diálogo e comunicou o agendamento de uma nova reunião para o dia 20 de junho, a ser realizada em Diamantina, desta vez, com a participação de representantes da comunidade do entorno do PARNA e demais grupos envolvidos na questão. Relatou a reunião da Mesa de Diálogo realizada no dia 31/05/2016, na qual foi abordado o conflito entre as populações tradicionais e dois parques estaduais: Parque Estadual do Rio Preto, com sede no município de São Gonçalo do Rio Preto, e o Parque Estadual Pico do Itambé, com sede no município de Santo Antônio do Itambé. Ambos os parques estão situados na mesma região do Parque Nacional das Sempre Vivas, mas afetam populações distintas, embora a temática seja a mesma. Em seguida, passou a palavra para Márcio Lucca, gestor do Parque, que iniciou sua fala explicando sua atuação no contexto do conflito. Segundo seu relato, quando assumiu a gestão do parque, começou a ter contato com as questões atinentes ao conflito. Desde o início, tentou o diálogo com a comunidade, buscando um alinhamento com as políticas institucionais nesse sentido. Ressaltou que o ICMBio não nega a existência do conflito e que, à medida que foram entendendo a problemática, procuraram atuar de forma a resolver a questão. Em sua opinião, o que agravou o conflito foi uma gestão anterior, percebida como muito truculenta pelos moradores do entorno, segundo relatos de moradores locais. Afirmou que a gestão atual trabalha respeitando os direitos, sendo embasada na construção do diálogo, porém as práticas passadas marcaram fortemente o conflito, e seus impactos ainda são sentidos nos processos de negociação atuais, com o acirramento dos ânimos, principalmente por parte das lideranças, em relação à gestão do Parque, fato que se perpetua até hoje. Nessa época, foram denunciadas diversas práticas de abuso de poder ao Governo Federal, que abriu processo

ATA Nº 027/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

administrativo disciplinar para apurar a conduta de servidores. A equipe do Parque, alinhada com as orientações institucionais, tem feito um trabalho intenso de diálogo com a comunidade, no intuito de buscar soluções intermediárias, enquanto não se tem uma solução definitiva. As reuniões entre a gestão do Parque e as comunidades tiveram início em 2012 e foram, em sua avaliação, muito positivas, pois proporcionaram melhor entendimento do conflito de ambos os lados, dando oportunidade para a comunidade conhecer a nova gestão da Unidade de Conservação. Ao final de 2012, em reunião realizada na Presidência do ICMBio, com a participação de um deputado federal, da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas CODECEX e de outras lideranças locais, foi pleiteada a criação de um Grupo de Trabalho para a realização de estudos aprofundados, visando a possibilidade de recategorização da Unidade de Conservação, de PARNA (Parque Nacional) para RESEX (Reserva Extrativista). Esse processo foi requerido pela CODECEX, ainda em 2011. O Presidente do ICMBio solicitou que o Parque criasse um Grupo de Trabalho (GT) através do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre Vivas - CONVIVAS. O GT foi então criado pelo Conselho, em março de 2013, com o objetivo de fazer estudos aprofundados para buscar soluções para o conflito territorial, com possibilidade de recategorização e redefinição de limites da UC. O Grupo de Trabalho foi composto por dez pessoas (representantes de universidades, ONG's, comunidade e ICMBio) e, durante a maior parte de seus trabalhos, teve acompanhamento do Ministério Público Federal. O GT realizou 11 reuniões ordinárias, três reuniões de nivelamento e onze reuniões de escuta com as comunidades. Após dois anos de reuniões, o GT encerrou os trabalhos com um relatório final no qual não houve consenso, sendo o dissenso por parte do ICMBio e da representante do CONVIVAS. O Relatório foi apreciado e aprovado pelo CONVIVAS. Durante os trabalhos do GT, a CODECEX apresentou uma proposta de recategorização do Parque para Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e a elaboração da mesma teve apoio do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG e do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - NAC/UFVJM. Após a explicação sobre o GT, Márcio relatou que a solicitação da CODECEX ensejou a abertura de dois processos administrativos no ICMBio: um para tratar do pedido de recategorização, onde consta toda a documentação produzida pelo GT, e outro processo visando a construção de Termos de Compromisso com as comunidades do entorno do PARNA. Além disso, há no Ministério Público Federal-MPF um Inquérito Civil que trata do conflito territorial das comunidades tradicionais com o Parque. Disse também que a unidade elaborou o Plano de Manejo do Parque, cumprindo uma ação civil pública, impetrada pelo MPF, e que no processo para elaboração do plano, com início ainda

ATA Nº 027/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

em 2012, realizaram uma série de reuniões com as comunidades do entorno. Sobre o Termo de Compromisso disse se tratar de uma ferramenta prevista na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que o ICMBio tem regulamentado através de Instrução Normativa. Este termo é visto como um importante, porém provisório, instrumento de mediação deste conflito, pois, por meio dele, é possível estabelecer critérios para uma convivência pacífica na utilização do território protegido. No entendimento do Parque, o termo traz informações importantes para a gestão da unidade no âmbito do conflito, assim como para o Inquérito Civil e é uma das formas de conhecer quem usa, onde usa, como usa e quantos usam, trazendo informações individualizadas sobre os usuários/beneficiários do território que vão interagir com a Unidade de Conservação. Esta questão da obrigatoriedade de assinatura de forma individualizada do Termo de Compromisso tem suscitado um entrave às negociações que vinham ocorrendo. A CODECEX pleiteou a assinatura coletiva do termo, sem nomear os beneficiários, o que dificulta a garantia de direitos e não é previsto na Instrução Normativa que o regulamenta. Então, se recusaram a discutir a possibilidade de construir o termo. Acredita que, com a recusa dos movimentos em aceitarem o cadastramento dos moradores, não será possível avançar na questão da recategorização do PARNA. Nesse momento, Márcio Lucca entregou uma vasta documentação ao Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, contendo ofícios, encaminhamentos, atas etc., produzida ao longo do processo de negociação com as comunidades. Márcio acrescentou que, a respeito da Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí, o ICMBio apoiou a demarcação do território e entende que a solução do conflito territorial com esta comunidade está bem encaminhada, uma vez que existe uma legislação específica sobre territórios quilombolas e isso favorece a questão. Segundo ele, o objetivo do Parque é promover ações em conjunto com a comunidade, no sentido de melhorar seu desenvolvimento. Márcio frisou que, diferentemente do que é colocado frequentemente por algumas lideranças do conflito em reuniões, o parque não é contrário, e nem poderia ser, à comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí. Explicou outro ponto importante, que é a existência, no PARNA, de espécies da flora protegidas por estarem em lista de extinção, como é o caso da espécie conhecida como “Pé de Ouro”. Em 2012, em parceria com outras instituições e pesquisadores, a UC iniciou um trabalho de mapeamento dos campos de sempre-vivas, tanto no interior da Unidade como na região do “Mosaico da Serra do Espinhaço: Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral”, visando contribuir para a regulamentação da atividade do extrativismo. No entanto, recentemente, um grupo de trabalho criado pelo IEF para buscar subsídios para essa regulamentação foi suspenso, em razão de denúncias no MPF sobre suas atividades. Disse ainda que o parque tem realizado pesquisas relativas ao efeito do fogo sobre duas espécies de sempre-

ATA Nº 027/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

vivas usualmente coletadas na região: a “Pé de Ouro” e a “Janerona”. Acrescentou que esse trabalho já foi encerrado e em breve será possível disponibilizar os resultados. Disse que a Unidade também tem realizado o manejo integrado do fogo, juntamente com as comunidades do entorno e que esse projeto busca diminuir os incêndios florestais que atingem a região e afetam matas, capões de matas, nascentes e áreas de recarga hídrica. Voltou a falar da questão da coleta de sempre-vivas no Parque, dizendo que não se pode coletar a espécie “Pé de Ouro”, justamente por constar na lista das plantas ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente, mas outras espécies não só podem, como são coletadas no interior da Unidade, assim como a criação de bois, que também é realizada. Todas essas atividades são possíveis, uma vez que as áreas ainda não foram indenizadas, permitindo a posseiros e proprietários o direito de uso. Por outro lado, o Parque Nacional das Sempre Vivas tem a obrigação legal de fiscalizar a coleta de espécies ameaçadas de extinção e que é cobrado por isso. Entretanto, esclareceu que a Unidade não fez até o momento nenhuma fiscalização específica sobre a coleta de “Pé de Ouro”, reafirmando que não há perseguição em relação aos coletores, como está sendo denunciado. A seu ver, no entanto, precisa ser entendido que, se necessário, o ICMBio não pode se eximir de aplicar autuações. Segundo ele, além desta, há outras espécies importantes no Parque que também precisam ser preservadas. Disse ainda que existem mais duas Unidades de Conservação, englobadas pelo território do PARNA, cuja categoria é Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, uma pertencendo a uma ONG católica e outra a uma fazenda. Nestes locais, não é possível a coleta de sempre-vivas nem a criação de gado, uma vez que na fazenda o proprietário informou que não autoriza ninguém a colocar gado no local.

Romero Wagner do Carmo, da Secretaria de Governo – SEGOV, propôs que buscassem ajuda junto ao Projeto Território Cidadania, desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG, no sentido de qualificar os moradores em outras atividades econômicas. Também foi abordada a possibilidade do cultivo técnico das espécies de sempre-vivas pelas próprias comunidades, com apoio científico-tecnológico, como uma atividade econômica.

Ao final da reunião, o gerente do PARNA das Sempre Vivas sugeriu ao Secretário Executivo da Mesa que, para representar o Conselho Consultivo do Parque na Mesa de Diálogo, é necessário que o próprio CONVIVAS indique seus representantes, uma vez que não faz sentido uma indicação à revelia do Conselho. Houve um questionamento ao gerente do Parque sobre a viabilidade de se

ATA Nº 027/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

convocar para a reunião do dia 20/06 uma estância superior do ICMBIO, que tivesse poder de decisão. Ele respondeu que a estância superior, além da Coordenação Regional, seria a Presidência do ICMBio, em Brasília. Ponderou, entretanto, que existe uma Coordenação do ICMBio que trata especificamente de conflitos, a qual poderia ser convocada, mas que essa decisão cabe à Presidência do Instituto.

Concluindo os trabalhos, Hércio Borges leu o convite que seria enviado para a próxima reunião, no dia 20/06, relacionando todos os nomes das pessoas a serem convidadas, ficando Márcio Lucca satisfeito com a relação apresentada.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2016.